



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional



CATOLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional

Porto . 2017

© 2017 Universidade Católica Portuguesa . Porto
Faculdade de Educação e Psicologia
Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano

Título: Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano: Atas do II Seminário Internacional . **Organizadores:** Joaquim Machado (coord.), Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista, Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão . **Autores:** Adriana de Lima Penteadó, Afonso José Ganho Pereira de Athayde, Aldenor Batista da Silva Junior, Amâncio Carvalho, Amélia de Jesus Marchão, Ana Vigário, Angelina Sanches, António Andrade, Armando Loureiro, Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro, Carla Baptista, Carla Sofia Oliveira, Carolina Mendes, Célia Beatriz Piatti, Cláudia Aleixo Alves, Cleonice Halfeld Solano, Conceição Martins, Cristiane Mesquita Gomes, Cristina Palmeirão, Cynthia Matínez-Garrido, Daniela Gonçalves, Danilma de Medeiros Silva, Dante Henrique Moura, Darliane Silva do Amaral, Elisabete Corcetti, Elsa Morgado, Elza Mesquita, Erlando Silva Rêses, Eulália Tadeu, Felipe André Angst, Fernando Rebola, Filomena Lume, Francisco Guimarães, Geisa Portelinha Coelho, Germano Borges, Hélder Henriques, Henrique Luís Gomes de Araújo, Ilda Freire Ribeiro, Ilídia Cabral, Íris Daniela Bidarra, Isabel Lage, Jane do Carmo Machado, Joana Leite, Joaquim Azevedo, Joaquim Escola, Joaquim Machado, Joaquim Sousa, Joelci Mora Silva, José Matias Alves, Laura Rocha, Laurinda Leite, Lenilda damasceno Perpétuo, Leonor Lima Torres, Levi Silva, Leyani Ailin Chávez Noya de Oliveira, Luísa Orvalho, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto, Manuel Luís Castanheira, Manuel Monteiro, Manuel Peniche Bertão, Marco António Oliva Monje, Marco Cruzeiro, Margarida Maria da Gama oliveira, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Maria do Céu Roldão, Maria Filomena Gonçalves Ferreira, Maria Gerlandia de Oliveira Aquino, Maria Isolete Sousa, Maria Ivone Gaspar, Maria Lúcia Massano, Maria Teresa Mateus Pires, Marina Pinto, Mário Cardoso, Mary Rangel, Micheli Bordoli Amestoy, Milena Pimenta de Souza, Paula Marisa Fortunato vaz, Paula Pinto, Paulo de Carvalho, Renata Leite, Rubia Fonseca, Rui Lourenço-Gil, Rui Neves, Samuel Helena Tumbula, Sandra Mónica Dias Almeida, Sefisa Bezerra, Sérgio Olim Gomes de Mendonça, Sílvia Amorim, Sirley Marques da Silva, Sofia Bergano, Sónia da Cunha Urt, Sónia Mirela de Sousa, Soraya Vital, Sueli Mamede Lobo Ferreira, Susana Gastal, Susana Henriques, Teresa Melo Gomes; Rosa Serradas Duarte, Victor Muirequetule, Vincenzo Schirripa, Vitor Barrigão Gonçalves, Wilson ProfirioNicaquela, Zulmira Moreira Ramos **Design e Paginação:** LabGraf . **Colaboração:** Cristina Crava, Francisco Martins . **Editor:** Faculdade de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano, Universidade Católica Portuguesa – Porto . **Local e data:** Porto, 2017 . **ISBN:** 978-989-99486-8-6 .

APRESENTAÇÃO	9
ÁREA TEMÁTICA	
PROJETOS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIOCOMUNITARIO	
<hr/>	
A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO	13
Sueli Mamede Lobo Ferreira	
CURRÍCULO, FORMAÇÃO INTEGRAL & EDUCAÇÃO 3.0	27
Rubia Fonseca, Amâncio Carvalho, Joaquim Escola, Armando Loureiro	
FESTAS RELIGIOSAS E COGNIÇÃO POPULAR: UMA APROXIMAÇÃO À FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA (BRASIL)	49
Susana Gastal, Cristiane Mesquita Gomes	
ENSINO SUPERIOR MILITAR E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE COMANDO E LIDERANÇA	65
Victor Muirequetule, Joaquim Machado	
A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL NO SÉCULO XX: O DESAFIO DA APRENDIZAGEM NA DIVERSIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS XUKURU DO ORORUBÁ	83
Maria Gerlandia de Oliveira Aquino	
PROJETO INTEGRA-(TE): PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO NA EXPLORAÇÃO DE NOVOS DESAFIOS	105
Vitor Barrigão Gonçalves, Paula Marisa Fortunato Vaz	
EDUCATION AND COMMUNITY EMPOWERMENT IN THE CONTEXT OF ITALIAN MERIDIONALISM. DANILO DOLCI, A NONVIOLENT LEADER IN SICILY	115
Vincenzo Schirripa	
HÁ LUGAR PARA O ANTROPÓLOGO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL?	129
Henrique Luís Gomes de Araújo	
LITERACIA MUSICAL E APRENDIZAGEM SOCIAL: ESTUDO DE CASO	139
Zulmira Moreira Ramos	

ÁREA TEMÁTICA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETOS DE MELHORIA

AÇÕES DE (AUTO)AVALIAÇÃO E SEUS EFEITOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR – UM ESTUDO DE CASO	154
Felipe André Angst, José Matias Alves	
A AUTOAVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE MELHORIA: UM ESTUDO DE CASO	174
Carla Baptista, José Matias Alves	
AS PERCEÇÕES DOS DIRETORES DE TURMA SOBRE AS SUAS FUNÇÕES E PODERES	183
Sónia Mirela de Sousa, Joaquim Machado	
O PROJETO EDUCATIVO NA PROMOÇÃO DA FUNCIONALIDADE DA ESCOLA	192
Margarida Maria da Gama oliveira, Cristina Maria Gomes da Costa Palmeirão	
SEGURANÇA PSICOLÓGICA DAS EQUIPAS E COMPORTAMENTOS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO EMPÍRICO EM ORGANIZAÇÕES ESCOLARES	219
Rui Lourenço-Gil, Ilídia Cabral, José Matias Alves	
ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA CIDADANIA GLOBAL: REFLEXOS DA FORMAÇÃO	232
Ilda Freire Ribeiro, Sofia Bergano, Conceição Martins, Angelina Sanches, Elza Mesquita	
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA: MELHORIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?	251
Cleonice Halfeld Solano	
O CONTROLO DA QUALIDADE E A GARANTIA DA QUALIDADE EQAVET: DE QUE FALAMOS?	265
Laura Rocha, José Matias Alves	
CONSTRUCCIÓN DE UN MODELO DE ENSEÑANZA EFICAZ	282
Cynthia Matínez-Garrido	
AS LIDERANÇAS INTERMÉDIAS: QUE CONTRIBUTO PARA O (IN)SUCESSO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR?	295
Manuel Monteiro, José Matias Alves	
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ (MS) BRASIL	315
Marco António Oliva Monje	
UMA EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MÉTODOS DE APRENDIZAGEM DINÂMICA E COOPERATIVA NO CONTEXTO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA	333
Marco Cruzeiro	
O MAL-ESTAR DISCENTE NUMA ESCOLA DO OUTRO SÉCULO: OLHARES DE ALUNOS	353
Carla Baptista, José Matias Alves	

PERCEÇÃO DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO HERMENÊUTICO	371
Leyani Ailin Chávez Noya de Oliveira, Wilson Profirio Nicaquela	

ÁREA TEMÁTICA

ALUNOS, PROFESSORES E POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA ESCOLA

EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA COM ALUNOS EM RISCO USANDO JOGOS DIGITAIS	405
Joaquim Sousa, António Andrade, Joaquim Machado	
AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: A VOZ DOS ATORES	420
Maria Filomena Gonçalves Ferreira, Joaquim Machado	
PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF): UMA MEDIDA ESCOLAR DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?	435
Darlíane Silva do Amaral	
A CANDIDATURA AO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIA DE DISTINÇÃO SIMBÓLICA: AS ESCOLHAS DOS ESTUDANTES DISTINGUIDOS POR MÉRITO ESCOLAR NO ENSINO SECUNDÁRIO	450
Germano Borges, Leonor Lima Torres	
PELOS 'JARDINS SECRETOS' DE DUAS ESCOLAS COM POPULAÇÕES ESTUDANTES SEMELHANTES, MAS COM RESULTADOS ACADÉMICOS DIFERENTES	468
Sílvia Amorim, Ilídia Cabral, José Matias Alves	
COMUNIDADE CIGANA CALON EM PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: CONFLITOS ÉTNICOS E SABERES PLURICULTURAIS	489
Lenilda damasceno Perpétuo, Erlando Silva Rêses	
DAS TENDÊNCIAS EUROPEIAS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM PORTUGAL, COM TECNOLOGIAS EMERGENTES	506
Íris Daniela Bidarra, António Andrade	
OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NAS ESCOLAS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DESTINADO AO ENSINO SECUNDÁRIO	523
Manuel Peniche Bertão, José Matias Alves	
O (IN)SUCESSO ESCOLAR NO PRIMEIRO ANO DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA	548
Samuel Helena Tumbula, Joaquim Azevedo	
PROMOVER O SUCESSO ESCOLAR ATRAVÉS DA LITERACIA: O EXEMPLO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CANGUÇU, NO RIO GRANDE DO SUL	566
Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro, Geisa Portelinha Coelho	

AS FRONTEIRAS DA SALA DE AULA: CRUZAMENTOS CONSENTIDOS	577
Isabel Lage, José Matias Alves	
A TUTORIA ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS JOVENS: SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS	596
Sandra Mónica Dias Almeida, Cristina Palmeirão	
O IMPACTO DAS PROVAS EXTERNAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PARA ALÉM DOS NÚMEROS: RESULTADOS, REPRESENTAÇÕES E IMPACTOS PERCECIONADOS	620
Ana Vigário, Ilídia Cabral	
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA – EDIÇÃO DE 2014: QUE PRESSUPOSTOS DOS AUTORES E DECISORES CURRICULARES?	639
Francisco Guimarães, Maria do Céu Roldão	
ESTUDIO MULTINIVEL SOBRE EL IMPACTO DE LAS ESTRATEGIAS DE EVALUACIÓN EN EL AULA SOBRE EL RENDIMIENTO ACADÉMICO EN AMÉRICA LATINA	660
Cynthia Martínez Garrido	
O(S) EFEITO(S) DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PROMOÇÃO DO SUCESSO DA APRENDIZAGEM NA LÍNGUA MATERNA NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO	677
Maria Isolete Sousa, Daniela Gonçalves	
PROJETOS INTERDISCIPLINARES: UMA OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM CRÍTICA E CRIATIVA	694
Marina Pinto, Renata Leite, Daniela Gonçalves	
A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO ENSINO DAS CIÊNCIAS: UM ESTUDO CENTRADO NOS CURRÍCULOS BRASILEIRO E PORTUGUÊS	708
Micheli Bordoli Amestoy, Laurinda Leite, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto	
ÁREA TEMÁTICA	
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
<hr/>	
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE	731
Jane do Carmo Machado, Mary Rangel, Rui Neves	
A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA	747
Carla Sofia Oliveira	
OS PROFESSORES E A COADJUVAÇÃO EM SALA DE AULA	768
Eulália Tadeu, Joaquim Machado	

A SUPERVISÃO COMO DISPOSITIVO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E TRANSFORMAÇÃO DE PRÁTICAS	786
Elza Mesquita, Maria do Céu Roldão	
AS NOVAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UM PROCESSO EM PARTICIPAÇÃO	803
Amélia de Jesus Marchão, Hélder Henriques, Fernando Rebola	
ESTRATÉGIAS FORMATIVAS E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS COM ENSINO PROFISSIONAL	824
Luísa Orvalho, José Matias Alves	
O MULTICULTURALISMO E A DOCÊNCIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO: A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ASSISTENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL	839
Sirley Marques da Silva	
FORMAÇÃO BIOÉTICA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO: EVOLUÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPETIVAS	858
Sérgio Olim Gomes de Mendonça	
ÁREAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: PERSPETIVAS DOS EDUCADORES	881
Manuel Luís Castanheira, Carla alexandra do Espírito Santo Guerreiro	
O CONTRIBUTO DA SUPERVISÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO DOCENTE ONLINE: REFLEXÕES TEÓRICAS	887
Susana Henriques, Maria Ivone Gaspar, Maria Lúcia Massano	
AS INCERTEZAS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE...	899
Teresa Melo Gomes; Rosa Serradas Duarte	
POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CULTURAL	917
Cláudia Aleixo Alves	
A PROFISSIONALIDADE DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE SOCIAL	931
Adriane de Lima Penteadó	
UM ESTUDO SOBRE AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR	948
Sefisa Bezerra, Elsa Morgado, Mário Cardoso, Levi Silva	
UM CURRÍCULO CONSTRUÍDO EM TORNO DO MAR: GÉNESE, DESENVOLVIMENTO E POTENCIALIDADES DE UM PROJETO	968
Paula Pinto, José Matias Alves	
PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES FOCUSED ON GENDER IN BRAZIL: DILEMMAS AND CHALLENGE	968
Elisabete Corcetti, Maria das Dores Saraiva de Loreto	

QUANDO O PESQUISAR COLABORA PARA FORMAR: PROFESSORAS NAS OFICINAS DE APRENDIZAGEM DO FACEBOOK	1012
--	------

Joelci Mora Silva, Sônia da Cunha Urt

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA PARA ATUAR NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL	1025
--	------

Aldenor Batista da Silva Junior, Joelci Mora Silva, Soraya Vital, Sônia da Cunha Urt

ÁREA TEMÁTICA

ESCOLA, TERRITÓRIO E MUNDO DO TRABALHO

ESCOLARIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO	1047
--	------

Milena Pimenta de Souza

OS MUNICÍPIOS E A DESCENTRALIZAÇÃO EDUCATIVA: RETÓRICA E AÇÃO	1059
--	------

Joana Leite, Joaquim Machado

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL IMPLEMENTADA COM O PRONATEC E A SUA VINCULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO	1068
---	------

Danilma de Medeiros Silva, Dante Henrique Moura

ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR DO FUNCHAL (1919-1926)	1085
--	------

Filomena Lume

OS CURSOS PROFISSIONAIS EM PORTUGAL, 2005-2016: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1098
--	------

Danilma de Medeiros Silva

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL: DA RETÓRICA ÀS (PERCEÇÕES SOBRE AS) PRÁTICAS – UM ESTUDO DE CASO	1112
--	------

Maria Teresa Mateus Pires, Ilídia Cabral

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL: O SENTIDO E O SIGNIFICADO DA LEITURA NA VOZ DOS LEITORES	1134
--	------

Célia Beatriz Piatti, Sônia da Cunha Urt, Joelci Mora Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS EM DESENVOLVIMENTO PERCEBIDAS NA COMPLEXIDADE DO GLOCAL	1151
--	------

Carolina Mendes, José Matias Alves, Paulo de Carvalho

AS PERCEÇÕES DOS DIRETORES DE TURMA SOBRE AS SUAS FUNÇÕES E PODERES

Sónia Mirela de Sousa

Universidade Católica Portuguesa, soniamirela@hotmail.com

Joaquim Machado

Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano (CEDH), Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica – Porto, jmaraujo@porto.ucp.pt

Resumo

As abordagens que regem os estudos sobre o poder, nomeadamente as relações de poder e os tipos de poder, bem como o seu exercício, nas organizações e na política, podem ser reportadas para a organização escolar.

A nossa análise sobre o poder na escola circunscreve-se a um gestor pedagógico intermédio – o diretor de turma. O nosso estudo visa identificar as estruturas em que se exerce a ação do diretor de turma e compreender as perceções deste sobre a efetividade dos seus poderes. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de tipo etnográfico e (auto) biográfico, que recorre à pesquisa documental, à observação participante e à entrevista.

As perceções dos professores relacionam-se com o perfil e as competências técnicas e socio emocionais para o exercício da função, os critérios utilizados na designação para o cargo, a sua importância na escola, as funções mais valorizadas e as tarefas que mais os ocupam, a perspetiva dos pares sobre a sua ação

reduzindo-a sobretudo ao controlo disciplinar e à coordenação das tarefas de avaliação sumativa, as fontes do seu poder na escola, e o papel da formação na sua capacitação para o exercício das funções.

Palavras-chave: diretor de turma, funções, competências, poder

Abstract

The approaches which rule power studies, namely the power relations and types of power, as well as their practice in organizations and politics, can be put into practice in applied to school organization.

Our study on power in the school field is circumscribed to an intermediate pedagogical manager, the class director. Our study's goal is to identify the structures in which the action of the class director is developed and to understand his perception on the effectiveness of his powers. This is a qualitative, ethnographic and (self) biographical study based on documentary research, participating observation and interview.

The teachers' perceptions are linked to their profile and to technical and socio-emotional skills required by the function's exercise, the criteria under the function's nomination, their importance in school life, the most valued functions and the tasks that keep them busy, the colleagues' understanding of their action, reducing it mainly to disciplinary control and to the coordination of summative evaluation tasks, the sources of their power at school, and to the role of brief training courses to develop skills underlying their functions.

Keywords: class director, functions, skills, power

1. Bases do poder do diretor de turma

Para Max Weber em todas as sociedades sempre existiram e existem relações de poder e, para que uma sociedade funcione bem, tem que haver alguém que force todos os outros a agirem de uma determinada forma, usando determinados recursos para a legitimação desse poder. Ele define poder como “a possibilidade de impor a sua própria vontade, numa relação social, contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (1983, p. 113).

Segundo French e Raven, o poder é um processo generalizado, complexo e que se encontra camuflado na nossa sociedade. Eles definem o poder em termos de influência nas mudanças de comportamento, opiniões, atitudes, valores, necessidades, objetivos, em todos os aspetos psicológicos de uma pessoa e consideram-no como uma relação entre O e P, como o potencial que um indivíduo possui em exercer influência sobre outro (1959, p. 151).

Na perspetiva de Crozier e Friedberg, o poder é uma relação de troca e de negociação entre os atores, sendo estes interdependentes, pois precisam uns dos outros para realizarem o objetivo da organização e atingirem os seus objetivos pessoais.

Formosinho entende o poder como “o potencial que A tem de levar a B a fazer aquilo que A quer” e autoridade como “o poder baseado em posições oficiais de chefia ou comando” (1980, p.303).

O poder para Foucault é uma “coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível, presente e oculta, investida em toda a parte. (...) Ninguém é dono dele (...), não se sabe quem o detém mas sabe-se quem não o possui” (2015, p. 44). O poder não existe, o que existe, são relações de poder. Onde existe o poder, ele é exercido, é uma ação, é algo que está em constante movimento, “ o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação (...), é acima de tudo uma relação de força” (2015, p. 99).

Por sua vez, para Galbraith “o poder abarca um significado de tal senso comum” e é tantas vezes usado que aparentemente não há necessidade de o definir (2007, p. 19).

O poder encontra-se presente em todas as organizações, incluindo a escolar, e em todos os contextos sociais, pois é compreendido como uma relação social, e, na organização escolar, o diretor de turma é um coordenador relacional e pedagógico entre todos os intervenientes do processo educativo, entre alunos/professores/pais e comunidade educativa. Ele exerce funções de orientação educativa dos alunos, de coordenação da equipa docente que desenvolve o projeto curricular da turma e de ligação entre a escola e a família. O exercício destas funções implica, por isso, uma dimensão relacional muito forte, porquanto ele estabelece ligações com os alunos, os encarregados de educação, os professores da turma, os técnicos especializados e a direção da escola.

Para a nossa análise sobre o poder do diretor de turma, partimos da tipologia de Formosinho (1980), uma vez que ela constitui uma extensão e adaptação das bases do poder de French e Raven (1975) aos professores e ao contexto escolar português. Formosinho propõe seis tipos de poder: o poder físico; o poder material ou remunerativo; o poder normativo, que subdivide em poder normativo legal e em poder normativo ideológico; o poder cognoscitivo; o poder pessoal; e, por fim, o poder autoritativo ou autoridade.

O diretor de turma não utiliza o poder físico propriamente dito na sua relação com os alunos, com os professores nem com os encarregados de educação mas pode recorrer ao poder coercivo ou autoritativo. Com os alunos, socorre-se deste poder, quando pretende que estes assumam determinados comportamentos; com os professores, quando os impede de abandonar uma reunião de conselho de turma sem que a tenha dado por terminada; com os encarregados de educação, quando, em situações justificadas, os ameaça, por exemplo, de comunicar uma determinada situação à comissão nacional de proteção de crianças e jovens em risco (CPCJ).

Em quase todas as organizações, o poder material ou remunerativo baseia-se normalmente em recompensas monetárias, sendo a base contratual que vincula o indivíduo à respetiva instituição e seu posicionamento hierárquico na mesma. No entanto, as colocações, remunerações ou promoções do pessoal docente de uma escola pública, não são definidas pela direção da escola mas pelo Estado, uma vez que são funcionários públicos.

O poder normativo “é aquele tipo de poder em que A faz apelo a normas e valores para obter de B o que ele (A) quer. Apela a normas morais, religiosas, jurídicas, profissionais, estéticas, de convivência social, cívicas, de cortesia. Também podem ser apelos da esfera do normativo relacionadas com valores e ideologias” (Formosinho, 1980, p.307). Daqui resulta a distinção entre poder normativo moral e normativo ideológico. A transmissão de determinados valores, por parte dos adultos para as camadas mais jovens, fazem parte da sua educação e, na escola, os professores representam esse meio de transferência desses mesmos valores. Daí a base do poder normativo moral ser indispensável para os docentes.

O poder normativo é muito importante na medida em que legitima vários tipos de poder, nomeadamente o autoritativo. A escola é pautada por normas, podendo ser uma referência na ética do uso desse tipo de poder e para a prática dos vários

tipos de poder. O poder físico é regulado através de normas do controlo da violência (estatuto do aluno); no campo material (poder material), não é aceite a prática de subornos; a nível pessoal (poder pessoal), não é admitido o uso da atração sexual para motivar os alunos e toda a autoridade é regida por documentos normativos. Sá (1996) considera que o poder normativo “é um dos mais relevantes e mais congruentes com a especificidade de uma organização educativa, dependendo a sua eficácia da partilha de um conjunto de valores comuns. No contexto da intervenção do diretor de turma, o recurso ao poder normativo pode ser algo dificultado devido à reconhecida diversidade de ideologias pedagógicas que caracterizam o corpo docente” (1996, p: 145). Contudo, numa reunião de conselho de turma, o diretor de turma para conseguir que os docentes atuem de determinada forma pode apelar à sua “consciência e ética profissional” e socorrer-se da legislação para fazer prevalecer o seu ponto de vista.

Nas organizações escolares, o poder cognoscitivo pode ser dividido em conhecimento científico (conhecimento específico de cada disciplina) e conhecimento pedagógico (conhecimento que cada docente possui para transmitir os conhecimentos científicos). No entanto, o diretor de turma não pode fazer valer-se deste poder, uma vez que o seu conhecimento deriva da sua capacidade enquanto professor (isto é, como os demais professores) e não de um conhecimento específico para desempenhar esse cargo. Eventualmente, o diretor de turma pode evocar o seu conhecimento, derivado da experiência no cargo, sendo reconhecido por isso, pelos seus pares.

O poder pessoal “é aquele que se baseia nas características afetivas, temperamentais e de personalidade próprias de cada indivíduo” (Formosinho, 1980, p. 310). São características que têm a ver com a pessoa, com o que cada um é. Atualmente, cada vez mais, a relação pedagógica entre professor/aluno ganha um maior destaque e nesta relação, o poder do professor como pessoa, bem como as suas qualidades humanas adquirem uma importância fundamental. Quanto ao poder pessoal, Sá afirma que, “no campo educativo, as ideologias pedagógicas apontam de forma clara para a importância conferida às qualidades pessoais como fator determinante da eficiência e eficácia organizacionais” (1996, p: 151). Vários estudos confirmam que, na opinião de docentes e discentes, as qualidades pessoais e a dedicação do diretor de turma são fatores preponderantes para um bom desempenho do cargo.

2. Objetivos e metodologia do estudo

A nossa análise sobre a prática do poder na escola incide num gestor pedagógico intermédio – o diretor de turma (DT), que vem a ser um elemento crucial sobretudo nas relações entre a escola e família, uma vez que no exercício das suas funções estabelece ligações com os alunos, encarregados de educação, professores, técnicos especializados e com a direção da escola.

O diretor de turma é o coordenador dos alunos e de todo o trabalho do conselho de turma, cujos elementos devem encontrar, em conjunto, estratégias e formas de atuação comuns, em prol do desenvolvimento integral dos alunos.

Os principais objetivos deste estudo são: analisar as perceções dos professores relativamente à seleção dos diretores de turma; as perceções dos diretores de turma relativamente à seleção dos mesmos para o exercício do cargo; as funções do diretor de turma preconizadas no Regulamento Interno da escola em estudo e os poderes acionados pelo diretor turma no plano da ação concreta.

Como ponto de partida para a realização desta investigação, levantou-se a seguinte questão: *Como é exercido o poder, por parte do diretor de turma?* e a partir desta, surgiram outras subseqüentes: Quais as estruturas formais e informais no exercício do poder do diretor de turma? Como se caracteriza o processo de tomada de decisão do diretor de turma? Como se caracterizam as ações do diretor de turma em concreto? e Qual a perspetiva dos diretores de turma sobre o seu poder na escola?

O nosso estudo decorreu no ano letivo 2015/2016, numa Escola Básica do 2º e 3º ciclos, sede de agrupamento, do concelho da Amadora, que integra o programa TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária).

Foram entrevistados sete docentes, todos do sexo feminino e destes, quatro foram diretores de turma nesse ano lectivo – um do 5º ano, um do 6º ano, um do 7º ano e um do 9º ano – e três não eram diretores de turma mas já o foram em anos letivos anteriores. Praticamente todos os docentes da escola exerceram o cargo de diretor de turma.

Para além das entrevistas, quatro docentes realizaram um diário de campo, que designamos de “diário de um diretor de turma”, incluindo o da investigadora, realizados durante um mês (último mês de aulas do 2º período), onde registaram

diariamente, todo o trabalho efetuado no âmbito da sua direção de turma, bem como as suas considerações relativas a esse trabalho.

3. Principais conclusões

As perceções dos professores envolvidos no estudo relacionam-se com o perfil e as competências técnicas e socio emocionais para o exercício da função, os critérios utilizados na designação para o cargo, a sua importância na escola, as funções mais valorizadas e as tarefas que mais os ocupam, a perspectiva dos pares sobre a sua ação reduzindo-a sobretudo ao controlo disciplinar e à coordenação das tarefas de avaliação sumativa, as fontes do seu poder na escola, e o papel da formação na sua capacitação para o exercício das funções.

Analisando as perceções dos professores e dos diretores de turma, relativamente aos critérios usados para a seleção dos diretores de turma, estes apontaram como critérios o tempo de serviço, o facto de pertencer ao quadro da escola, a experiência no cargo e a rotatividade dos professores no cargo, a liderança, a competência para o cargo, a necessidade de completar horários e o “perfil” do professor. Referem, no entanto, que, se a seleção dos diretores de turma dependesse deles, os critérios utilizados seriam a competência técnica do professor para desempenhar o cargo, a experiência no cargo, a capacidade de liderança, a vontade em assumir uma direção de turma, a capacidade de relacionamento com os outros, a disponibilidade horária e o “perfil” dos docentes.

Segundo os próprios diretores de turma e os professores, as funções e tarefas desempenhadas pelo diretor de turma são as seguintes: disponibilizar informações aos encarregados de educação, controlar a assiduidade dos alunos e castiga-los quando necessário, gerir o comportamento dos alunos, fornecer informações à direção quando esta as solicita, realizar tarefas de carácter burocrático (detetar situações de maus tratos e de *bulliyng*, sinalizar e informar comissão de proteção de crianças e jovens em risco, elaborar relatórios para entidades externas e fazer processos disciplinares), encaminhar alunos para técnicos especializados (gabinete de psicologia, educação especial e gabinete de apoio ao aluno e à família) e colaborar com estes organismos, estar a par de tudo o que se passa com a turma e atender os encarregados de educação.

No que diz respeito aos poderes acionados pelo diretor de turma no exercício do cargo, conclui-se que estes têm/atribuem-se pouca autonomia para tomar decisões por si, sem pedir autorização à direção da escola. Compete-lhes aceitar ou não as justificações de faltas dos alunos, destituir o delegado de turma e selecionar outro, sinalizar alunos para serem acompanhados por técnicos especializados e convocar reuniões extraordinárias de conselho de turma, que normalmente são de cariz disciplinar ou para serem resolvidos determinados problemas que a turma apresenta.

O poder coercivo (poder disciplinar) que o director de turma possui relativamente aos alunos é um poder relativo, pois só lhe é permitido aplicar medidas disciplinares corretivas (por exemplo, limpeza de espaços, proibição da frequência de certos espaços na escola ou a realização de tarefas após o horário escolar) e mesmo estas carecem de informação prévia aos encarregados de educação, necessitando da sua autorização para as poder aplicar.

No exercício do seu cargo, o diretor de turma sente-se sempre condicionado para tomar qualquer decisão, quer pela legislação, quer pela direção da escola, quer pelos encarregados de educação.

A maioria dos seus poderes, advêm essencialmente dos seus poderes como professor, podendo valer-se do poder pessoal (poder referencial - qualidades pessoais) ou da sua experiência no cargo.

4. Referências bibliográficas

- Amado, J. (Ed.). (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*, 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bento, A. (2012, Abril). Investigação Quantitativa e Qualitativa: Dicotomia ou Complementaridade? *Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, nº 64, ano VII, 40-43.
- Boavista, C., Sousa, Ó. (2013, Março). O diretor de turma: perfil e competências. *Revista Lusófona De Educação*, 23, 77-93.
- Bogdan, R., Biklen, S. (Eds.). (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*, 9ª ed. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, M. J. (Ed.). (2014). *Os poderes e a escola* (1ª ed.). Santo Tirso: De Facto Editores.

- Colling, A., Fontura, A. (2012). A dinâmica do poder no cotidiano escolar. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, Janeiro/junho., 20, n1, 175-191.
- Crozier, M., & Friedberg, E. (Eds.). (1997). *L'acteur et le système*. Paris: Editions du Seuil.
- Dandurand, P. (1971). Essai sur l'éducation et le pouvoir, *Sociologie et sociétés*, n° 2, novembre, 3, 209-228.
- Formosinho, J. (1980). As bases do poder do professor, Separata da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, Ano XIV, 301-326.
- Foucault, M. (Ed.). (1987). *Vigiar e punir*, 32ª ed.. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (Ed.). (2015). *A microfísica do poder*. São Paulo: Editora Paz e Terra
- French, J. R.P., Raven, B. H. (Ed.). (1959). *The bases of social power*. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/215915730>.
- Galbraith, J. K. (Ed.). (2007). *A anatomia do poder*. Lisboa: Edições 70.
- Krausz, R. (Ed.). (1991). *Compartilhando o poder nas organizações*. São Paulo: Nobel.
- Sá, V. (1996). O Diretor de Turma na Escola Portuguesa: da grandiloquência dos discursos ao vazio de poderes. *Revista Portuguesa de Educação*, Universidade do Minho, 9 (1), 139-162.
- Sá, V. (1997). *Racionalidades e práticas na gestão pedagógica: O caso do diretor de turma*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Souza, W. (2011). Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault. *Revista Múltiplas Leituras*, v. 4, 2, 103-123.
- Torres, L. (2011). A construção da autonomia num contexto de dependências: Limitações e possibilidades nos processos de (in)decisão na escola pública. *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 32, 2011, 101-109
- Tragtenberg, M. (2001). Relações de poder na escola, *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, n° 7, dez. 2001. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_escola.htm
- Weber, M. (1983). *Fundamentos da sociologia* (2ª Edição ed.). Porto: Rés- Editora.
- Weber, M. (1997). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70.
- Weber, M. (2002). *Conceitos básicos de sociologia*, 5ª ed. São Paulo: Centauro Editora.
- Weber, M. (2005). *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da História.